

# **O complexo, o simples e o simplório em Linguística Forense**

**Recensão de João Pedro Pádua**

Universidade Federal Fluminense, Brasil

[https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw/8\\_1r2](https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw/8_1r2)

***Manual Básico de Linguística Forense: Da Análise do Discurso ao  
Perfilamento em Investigações Criminais***  
**Leonardo Vichi (2021)**  
**Rio de Janeiro: Apheratz, 2 ed.**

## **Apresentação do livro**

Em *Manual Básico de Linguística Forense*, o autor Leonardo Vichi é claro em definir o objetivo “despretensioso” da obra: “ser uma porta de entrada àqueles que querem começar a se enveredar no caminho dos Estudos da Linguagem e da Linguística Forense” (p. 14). Esse mesmo objetivo limitado é reforçado no último parágrafo do livro:

Este livro não possui a pretensão de ser mais do que ele é, um manual básico, portanto, deve ser considerado em seu aspecto introdutório, voltado para o leitor leigo que queira conhecer mais este universo que é muito mais amplo do que cabe aqui nesta obra (p. 115).

De fato, se me for permitido fazer uma Análise do Discurso de um livro que se propõe a ensinar Análise do Discurso, esse objetivo didático e simplificador está claro linguisticamente na constante utilização de conjugações e referências em primeira pessoa do plural e segunda pessoa do singular (com o pronome ‘você’, como típico do Português brasileiro). Essas marcas linguísticas formulam o discurso como uma conversa informal entre leitor e autor e fazem o texto, embora escrito, se aproximar de um tipo de atividade (Levinson 1998) mais ligado à oralidade (como uma aula), por oposição a um tipo de atividade mais ligado à escrita, como um artigo acadêmico ou um livro-texto – estes últimos frequentemente utilizando construções impessoais e referências em terceira pessoa (Marcuschi 2010; Chafe e Tannen 1987).

Apesar de curto (115 páginas), o livro se organiza em quatro partes, ainda que numere apenas três delas. Numa primeira parte, não numerada, incluem-se os prefácios, uma introdução e cinco pequenos capítulos que se propõem a introduzir e definir brevemente conceitos de base: “discurso” (p. 19-23), “Análise do Discurso” (p. 25-7) e “linguística forense” (p. 29-40).

Na parte seguinte, numerada como “Parte 1”, o título é “Aspectos teóricos da Análise do Discurso e da linguística forense”. Nessa parte, o livro se propõe a aprofundar os conceitos apresentados na parte introdutória e operacionalizá-los para o uso na análise dos dados de linguagem com os quais se depara o linguista forense. Nessa parte, são apresentados temas como o campo da linguística aplicada (p. 47-9), (duas) vertentes da Análise do Discurso – nomeadamente, a Análise do Discurso Francesa (“AD Francesa”) e a Análise Crítica do Discurso (“ACD”) (p. 49-51), e o que o livro chama de “fundamentos” e “dimensões” da linguística forense (p. 53-5).

Na sequência, numerada como “Parte 2”, o livro se propõe a mostrar como os conceitos definidos na parte introdutória e explicados/aprofundados na Parte 1 podem ser utilizados para analisar dados reais de linguagem em contextos forenses. Essa parte é intitulada “A metodologia da Análise do Discurso da linguística forense” e trata de temas como “o emprego da análise do discurso” (p. 62-7), “ferramentas do linguista forense” (p. 77-80) e “limites do emprego da linguística forense” (p. 80-83). Além disso, essa parte introduz o estudo de caso que será feito na parte seguinte, ao apresentar a técnica que o livro chama de “perfilamento linguístico básico” (p. 83-93).

Finalmente, nessa parte seguinte, que é a última, numerada como “Parte 3”, e cujo título é “A linguística forense na prática—Estudo de caso”, o livro se propõe a colocar tudo junto, num estudo de um caso real sobre um homicida em série em Goiás por volta do ano de 2012. O autor do livro não atuou no caso, nem nenhum linguista forense, ao que consta. Porém, houve o envio de uma carta anônima à Polícia de Goiás, que o livro utilizou para fazer uma demonstração do “perfilamento linguístico básico” retrospectivamente, e com o autor dos homicídios já identificado, preso e condenado pelo Sistema de Justiça Criminal – ao que parece, utilizando outras provas e técnicas de investigação.

Um capítulo de conclusão fecha o livro, com o chamamento a “um pensamento que direcione o desenvolvimento da Linguística Forense no Brasil” (p. 115).

### **(Alguns) méritos e (muitos) problemas do livro**

O livro tem o mérito de ser bem escrito e de ter um propósito claro e transparente. O uso das referências em primeira pessoa do plural, alternando para segunda do singular (com o pronome “você”) dão um tenor fluido e despretensioso à obra e a tornam agradável de ler.

Há, porém, dois grandes problemas sistêmicos com o livro, que se evidenciam e se relacionam com diversos problemas pontuais. O primeiro problema sistêmico é a premissa de que o livro parte. A necessidade de uma obra didática sobre linguística forense derivaria do fato de que

a esparsa e insuficiente literatura disponível em língua portuguesa não [seria] adequada a esse público [composto por policiais federais, polícias técnicas, diretores de teatro, médicos, jornalistas e linguistas que frequentariam o curso de formação em Análise do Discurso e Linguística Forense que vem sendo oferecido pelo autor na forma livre] (p. 13).

O mesmo diagnóstico é feito no último parágrafo do livro:

Espero que esta obra tenha sido útil para despertar sua atenção para este campo, que, hoje, precisa de muitos profissionais que se dediquem à sua ampliação e divulgação, em especial no Brasil, onde quase nada existe a seu respeito (p. 115).

Não deixa de ser impressionante que uma obra que conta com menos de 20 referências bibliográfica se sinta confortável para fazer uma afirmação tão forte sobre o estado da arte de um campo tão vasto e com tantos profissionais dedicados como a linguística forense no Brasil.

Seja como for, o diagnóstico está evidentemente errado. De fato, não existem manuais ou livros-textos em Português sobre linguagem e direito/linguística forense. E, de fato, mesmo em Inglês, existem, provavelmente, não mais do que cinco, incluindo o mais famoso deles, originalmente escrito por Malcolm Coulthard e Alison Johnson (Coulthard e Johnson 2007) – que o livro que resenho inclui na bibliografia, porém cita uma única vez (p. 54).

Porém, a forma primordial de produção e divulgação do conhecimento em linguística forense, um subcampo relativamente recente da linguística aplicada, vem sendo através de revistas acadêmicas especializadas – como esta e sua “prima” mais velha, a *International Journal of Speech, Language and the Law*, obras coletivas em colaboração de pesquisadores e livros de linguistas forenses, retratando casos em que trabalharam, e derivando questões teóricas e ferramentas analíticas desses estudos (cf., para exemplos recentes deste último tipo de publicações, Heydon 2019 e Queralt 2020).

Em Português, além dos artigos que vêm sendo publicados nesta revista, temos várias obras coletivas que resumem pesquisas tanto no uso de linguagem como evidência em casos forenses, como no estudo da linguagem que ocorre em contextos forenses (Dayane C. de Almeida *et al.* 2020; Coulthard *et al.* 2015; Colares 2016; Rosalice Pinto *et al.* 2016; Sonia Bittencourt Silveira e Tânia Guedes Magalhães 2008; Sônia Bittencourt Silveira *et al.* 2015). Nessas obras, inclusive, constam apanhados mais gerais sobre o campo e suas bases ontológicas e epistemológicas, de modo que um manual de linguística forense bem feito é sempre bem-vindo, mas não por uma suposta “insuficiente literatura” brasileira sobre o campo.

O que me leva ao próximo problema geral com o livro de Vichi. A preocupação didática converteu uma simplificação inevitável para manuais e livros-textos em uma versão simplória e, frequentemente, equivocada do campo da linguística forense. Considere-se, por exemplo, a explicação que o livro dá sobre sintaxe (p. 79). Embora questões sintáticas sejam cruciais em aplicações importantes em contextos forenses, como ambiguidades sintáticas na construção de sentido de textos normativos (Solan 2018; Kaplan e Green 1995), o exemplo que o livro dá para sintaxe é com duas versões de uma sentença aleatória em que os sintagmas aparecem em diferentes ordens possíveis, algo não só óbvio para o falante da língua, como pouco importante para linguista forense – exceto, possivelmente, se for parte da marcação de padrões idioletais, como no caso de Derek Bentley, cuja explicação consta do livro-texto de Coulthard e Johnson (2007: 173–80) e que o livro de Vichi chega a mencionar (p.36), mas não usa como exemplo.

Considere-se também a definição incorreta de semântica como “o campo que estuda o significado das palavras” (p. 79), definição que não só ignora os recentes avanços da interface semântica-pragmática (Oliveira e Basso 2007; Huang 2017), como faz supor que

o estudo do significado convencional, domínio tradicional da semântica, só se dá palavra por palavra.

Considere-se, ainda, como último exemplo, como o livro limita equivocadamente o escopo do trabalho do linguista forense a duas “principais perguntas”, “o que aquele discurso significa?” e “quem é o seu autor?” (p. 66), ignorando a miríade de contextos e questões específicas a que um/a linguista forense pode dedicar seus estudos, seja em casos concretos, como perito/a ou consultor/a, seja em questões acadêmicas, como pesquisador/a.

Outros exemplos poderiam ser dados, mas não o farei por questão de espaço. No geral, o livro, ao simplificar excessivamente as questões, assunções ontológicas e epistemológicas e ferramentas metódicas da linguística forense, acaba construindo uma versão simplória, caricata e, no limite, equivocada do campo e de quem se dedica a ele. Sem dúvida parte do problema é a assunção errada de que no Brasil a linguística forense é ainda *tabula rasa*.

Outra parte do problema parece ser a ideia de que um público composto por pessoas sem formação básica em linguística aplicada possa querer aprender uma subárea dentro dela, ou começar a aprendê-la, lendo um livro, por mais didático que ele possa ser. É como imaginar que uma pessoa sem formação médica pudesse entender o que um neurologista faz lendo um manual “despretensioso” de neurologia.

Talvez o melhor resumo da razão pela qual o livro acaba não conseguindo entregar o que promete – isto é, ensinar como fazer linguística forense a um médico ou a um diretor de teatro – seja dado por uma correta advertência que é feita no próprio livro:

[...] [A]o profissional é muito importante que tenha a humildade de reconhecer seus limites e também a seriedade e respeito pelo seu próprio trabalho, porque as chances de sermos contestados por outros profissionais se tornam muito grandes quando nos expomos em áreas que não são as nossas (p. 83).

## Referências

- Chafe, W. e Tannen, D. (1987). The Relation between Written and Spoken Language. *Annual Review of Anthropology*, 16, 383–407.
- V. Colares, Org. (2016). *Linguagem & Direito: Caminhos Para Linguística Forense*. São Paulo: Cortez.
- M. Coulthard, V. Colares e R. Sousa-Silva, Orgs. (2015). *Linguagem e Direito: Os eixos temáticos*. Recife: ALIDI.
- Coulthard, M. e Johnson, A. (2007). *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. Londres: Routledge.
- Dayane C. de Almeida, Malcolm Coulthard e Rui Sousa-Silva, Orgs. (2020). *Perspectivas em Linguística Forense*. Campinas, SP: UNICAMP / Publicações IEL.
- Heydon, G. (2019). *Researching Forensic Linguistics: Approaches and Applications*. Nova York: Routledge.
- Huang, Y. (2017). Neo-Gricean Pragmatics. In Y. Huang, Org., *The Oxford Handbook of Pragmatics*. Oxford, UK: Oxford University, 47–78.
- Kaplan, J. e Green, G. (1995). Grammar and Inferences of Rationality in Interpreting the Child Pornography Statute. *Washington University Law Review*, 73(3), 1223–51.
- Levinson, S. C. . (1998). Activity Types and Language. In Paul Drew e John Heritage, Orgs., *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 66–100.

- Marcuschi, L. A. (2010). *Da Fala Para a Escrita: Atividades de Retextualização*. São Paulo: Cortez, 10 ed.
- Oliveira, R. P. D. e Basso, R. M. (2007). A Semântica, a Pragmática e Os Seus Mistérios. *Revista Virtual de Estudos Da Linguagem - ReVEL*, 5(8), 1–30.
- Queralt, S. (2020). *Atrapados Por La Lengua*. Barcelona: Larousse.
- Rosalice Pinto, Ana Lúcia Tinoco Cabral e Maria das Graças Soares Rodrigues, Orgs. (2016). *Linguagem e Direito: Perspectivas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Contexto.
- Solan, L. M. (2018). The Interpretation of Legal Language. *Annual Review of Linguistics*, 4(1), 337–55.
- Sônia Bittencourt Silveira, Carolina Scali Abritta e Amitza Torres Vieira, Orgs. (2015). *Linguística Aplicada em Contextos Legais*. Jundiaí: Paco.
- Sonia Bittencourt Silveira e Tânia Guedes Magalhães, Orgs. (2008). *A Fala-Em-Interação Em Situações de Conflito: Recursos Linguísticos e Práticas Comunicativas*. São Carlos: Claraluz.